



*Ministro da Educação e Cultura, Dr. Brígido Tinoco,
num flagrante após a posse, em Brasília*

CAPES

**BOLETIM INFORMATIVO DA CAMPANHA NACIONAL DE
APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR**



**COMISSÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL
DE NÍVEL SUPERIOR**

Presidente
Brígido Fernandes Tinoco
Ministro da Educação e Cultura

Secretário Geral
Anísio Spínola Teixeira

Membros :

Waldyr dos Santos
— Departamento Administrativo do Serviço Público.

Ernesto Luiz de Oliveira Júnior
— Comissão Nacional de Assistência Técnica.

Manoel Frota Moreira
— Conselho Nacional de Pesquisas.

Joaquim Faria Góes Filho
— Confederação Nacional da Indústria.

Maurício Magalhães Carvalho
— Confederação Nacional do Comércio.

Aldo Batista Franco
— Banco do Brasil S. A.

Luís Narciso Alves de Matos
— Fundação Getúlio Vargas.

Lourival Câmara
— Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Anísio Spínola Teixeira
— Ministério da Educação e Cultura.

**CAMPANHA NACIONAL DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL
DE NÍVEL SUPERIOR**

Secretário Geral
Anísio Spínola Teixeira

Diretor de Programas
Almir de Castro

Avenida Marechal Câmara, 210-8º andar — C. Postal
5185 — End. Teleg. EDCAPES — Rio de Janeiro — Brasil
Telefone : 52-9072

«O ESPECTRO MONOPOLISTA»

A Assembléia Constituinte do Estado da Guanabara, pela sua comissão de constituição, aprovou o seguinte artigo, de referência à educação:

“O ensino dos diferentes ramos será ministrado pelos Podêres Públicos e é livre a iniciativa privada particular, respeitadas as leis que a regulam”.

*Este artigo reproduz **ipsis literis** o art. 167 da Constituição Federal(1)*

O Sr. Tristão de Athayde, com o título acima, publicou a respeito o artigo seguinte (Jornal do Brasil, 2/2/61), que, com a devida vênia, aqui reproduzimos, para edificação dos nossos leitores:

“Tudo indica que Gladstone Chaves de Melo, Sandra Cavalcanti e Aliomar Baleeira, na grande comissão que prepara o projeto de Constituição do Estado da Guanabara, estão travando uma batalha perdida no setor da Educação. Representam eles o bom senso, o realismo, a natureza das coisas. É possível ou mesmo provável que em plenário outras vezes se juntem às dêles. Mas não me parece que consigam resistir à onda demagógica, ao impacto dos ventos que sopram do mundo totalitário e até mesmo a uma rotina de nossas inclinações temperamentais. Essas últimas tendências visam o monopólio estatal da educação como objetivo final. E se alguma concessão ainda fazem à liberdade de ensino, é apenas para não chocar demais a opinião pública e não entrar pelo terreno da franca inconstitucionalidade. Por onde aliás já penetraram ao conceder privilégios e operar discriminações odiosas entre professores formados ou não pelas escolas oficiais do novo Estado.

(1) Const. Federal, Art. 167. «O Ensino dos diferentes ramos será ministrado pelos poderes públicos e é livre à iniciativa particular, respeitadas as leis que o regulem».

Essa filosofia estatalista da educação ficou bem patente quando a maioria esmagadora da Comissão rejeitou a redação do artigo 1º do capítulo que reconhece ao Estado a sua verdadeira função, no campo pedagógico, substituindo-o por outro que abre caminho ao monopólio estatal. O artigo proposto era o seguinte: "Cabe ao Estado coordenar, amparar e estimular tôdas as atividades educativas e culturais, orientando-as para o bem comum".

Excelente redação que reconhece ao Poder Público a sua verdadeira posição em face da responsabilidade primacial que cabe ao próprio povo na tarefa educativa.

Os monopolistas, porém, conseguiram fazer passar a seguinte redação: "O ensino dos diferentes ramos será ministrado pelos Podêres Públicos e é livre a iniciativa Privada particular, respeitadas as leis que a regulam".

É a morte da liberdade. É a supressão da responsabilidade. É o triunfo da burocracia, do centralismo, da padronização. É o caminho aberto à sovietação do ensino e ao absolutismo pedagógico. Há trinta anos que nos batemos contra êle. Especialmente quando se apresentou, depois da Revolução de 30, como sendo a solução dos males que entorpecem o nosso sistema educativo.

Por êsse princípio, a ser incorporado à futura Constituição do Estado, só o Poder Público tem realmente o direito de educar o povo. Por extrema liberalidade ou por oportunismo, é concedida à "iniciativa privada particular" uma liberdade precária, desde que respeite "as leis que a regulam" e que o próprio Estado todo-poderoso estabelecerá a seu critério. Não só aí se consagra a dicotomia radical dos sistemas educativos, o público e o particular, mas, o que é muito mais odioso, se joga um contra o outro. E, de modo ainda mais intolerável se estabelece uma hierarquia de valores, criando-se um ensino de primeira classe, o público, e um de segunda classe, o particular! É a própria lei básica do Estado que irá consagrar a desordem, estimular a inércia, amparar o favoritismo. E, pelo seu irrealismo, favorecer a comercialização do ensino, que pretende combater.

Os males do ensino não são privilégios nem dos Podêres Públicos nem da iniciativa particular. Todo monopólio é odioso, tanto particularista, como o estatalista. Não se trata de negar ao Estado os seus direitos fundamentais em matéria de educação. Trata-se, pelo contrário, de defender êsses direitos, indissolúvelmente ligados aos seus deveres

para com o bem comum. Se o ensino particular não realiza os seus objetivos, descumpra a lei, cobra taxas exageradas, não paga bem aos professores, organiza escolas imperfeitas, é obrigação do Estado fiscalizar o cumprimento da lei e obrigar os estabelecimentos privados a se colocarem à altura de suas obrigações, nunca inferiores à qualidade dos estabelecimentos de iniciativa dos próprios Podêres Públicos. Julgar, porém, que se vão corrigir os males do ensino dando ao Estado, senão desde já um monopólio, ao menos uma primazia de direitos contra a natureza das coisas, não é corrigir, é agravar. Não é beneficiar a educação Pública e sanear a Particular. É fomentar a desunião entre elas. É estimular a burocratização do ensino. É trabalhar contra o sentido profundo da nossa civilização, baseada na responsabilidade individual e nunca na onipotência das forças inumanas que nos ameaçam com o seu gigantismo irresponsável.

É preciso socializar o ensino, sim, mas no sentido de o tornar acessível a todo o povo. E não criar privilégios odiosos. sejam dos particulares sejam do Poder Público".

FORUM DE OPINIÕES

Perspectivas da Ciência em 1961

Prevedendo para 1961 o ingresso do Brasil em era de maior autonomia na formação de pesquisadores, e pelos meios mais econômicos e estáveis, pois o país disporá de um amplo sistema de ciência e de técnica, o professor Cristóvão Cardoso, presidente do Conselho Nacional de Pesquisas, anunciou à imprensa, ao findar o ano de 1960, a pretensão do CNPq de estimular os centros de trabalho já existentes e promover o surgimento de outros, novos, que cubram áreas de investigação técnico-científica ainda não cogitadas ou de pequeno desenvolvimento:

«As perspectivas de trabalho do CNPq para o ano de 61 fazem, obviamente, seqüência com a diretriz que vem seguindo. Assim, o aumento dos quadros operantes em pesquisa científica e tecnológica será, evidentemente, o objetivo de maior hierarquia. Essa meta só poderá ser atingida colocando em treinamento, em centros de ciência e de técnica bem dirigidos, elementos capacitados por uma boa formação básica».

O CNPq dispõe de cinco instituições para execução dos seus projetos — o Instituto de Matemática Pura e Aplicada, o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, o Instituto de Pesquisas Rodoviárias, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia e o Instituto de Energia Atômica de São Paulo.

As verbas do CNPq para 1961 se elevam a 555 milhões de cruzeiros, quando as verbas propostas eram de um bilhão.

Custam Muito Caro

O professor José de Assis Fonseca, da Faculdade de Odontologia da UMG, declarou, durante o Encontro Regional de Educadores, no Rio de Janeiro, que a diplomação de um dentista, em Minas Gerais, não fica por menos de 2,4 milhões de cruzeiros, acrescentando que, a tal preço, ficaria mais em conta enviar os alunos de curso superior estudar no estrangeiro.

Sugerindo o levantamento do custo, para a nação, de médicos,

advogados, engenheiros, etc., o Professor Assis Fonseca indicou a padronização dos currículos, o aumento do número de vagas na primeira série dos cursos e o dobramento dos horários, como maneira de aumentar o rendimento das instalações universitárias.

Falta de Agrônomos

«É irrisório o total de agrônomos em atuação no Brasil — escreve o sr. José A. Vieira, diretor do Serviço de Informação Agrícola, no **Diário de Notícias** (Rio, 25/12). — «Trata-se de deficiência que vem de longe, pois, desde 1880, quando se formaram os primeiros no país, até os dias de hoje, apenas 7500 técnicos dessa especialidade se diplomaram entre nós. Presentemente, existem 12 escolas de agronomia, dispondo em conjunto da capacidade de matrícula para 2600 estudantes, cujo aproveitamento não chega a 70% do total disponível. Temos, pois, dois fenômenos distintos, embora de efeitos semelhantes. De um lado, a insuficiência da rede escolar, em confronto com as necessidades mínimas da economia rural; do outro, o não aproveitamento total dessa rede, o que, logicamente, torna ainda mais constrangedora a falta de agrônomos em exercício no Brasil».

O sr. José Vieira recorda que um inquérito recente, realizado por técnicos do Ministério da Agricultura em colaboração com a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), «ava-

liou em três mil titulares o déficit real de agrônomos no país. Outros cálculos admitem que, para garantir um programa de modernização das nossas práticas rurais, seriam indispensáveis, desde já, 10 000 agrônomos, vale dizer, o dobro dos que atualmente trabalham. Evidentemente, no ritmo presente, de 300 novos agrônomos por ano, não chegaremos tão cedo a dispor do mínimo de técnicos reclamado pela agricultura...»

O articulista reconhece que «não podemos continuar presos a uma legislação agrária obsoleta, que não apenas desestimula como chega mesmo a entrar a aplicação das novas técnicas»; que é preciso tornar a carreira «atraente, isto é, bem remunerada», objetivo em grande parte conseguido, no serviço público federal, com o Plano de Classificação e com a Lei de Paridade, mas ainda por alcançar nos Estados, à exceção de São Paulo e Rio Grande do Sul; e que somente assim será possível ao país acelerar a formação de agrônomos.

O Estudante de Hoje

O professor Fróes da Fonseca, catedrático (aposentado) de Anatomia da Faculdade Nacional de Medicina, UB, declarou à imprensa baiana:

«Os alunos de hoje não são nem melhores nem piores que os de antigamente. As circunstâncias é que mudaram. Hoje os estudantes têm de participar mais ativamente da sociedade, não podem ser indi-

ferentes às conjunturas políticas do país e do mundo. No meu tempo a vida era um pouco mais contemplativa e os estudantes podiam ter uma atividade mais à parte das outras classes. Em outras palavras, podiam estudar mais. Creio, entretanto, que não há nenhum mal em que os estudantes se intrometam em outros setores das atividades humanas, desde que não se esqueçam que sua obrigação principal é estudar».

Tendo ido à Bahia a fim de participar da IV Reunião da Sociedade Brasileira de Anatomia, o professor Fróes da Fonseca lembrou que era professor de Anatomia na Faculdade de Medicina de Porto Alegre quando, em 1920, disputou em concurso a mesma cátedra na Faculdade de Medicina da Bahia. Ensinou ali, como catedrático, de 1920 a 1926. Tendo-se vagado então a cátedra de Anatomia da Faculdade Nacional de Medicina, veio disputá-la, nela permanecendo até a sua aposentadoria.

Democracia no Ensino

O sr. José Américo de Almeida, ex-Reitor da Universidade da Paraíba, declarou à imprensa paraibana, a propósito da lei de Diretrizes e Bases da Educação:

«Para mim, o Estado deverá assumir as responsabilidades do ensino até torná-lo inteiramente gratuito. É assim que compreendo a democracia do ensino para todos, de portas abertas para ricos e pobres. Não deixo, entretanto, de

reconhecer que uma transição súbita, eliminando a subvenção oficial, poderá acarretar a desorganização... e o iminente sacrifício para os que precisam estudar».

Cátedra não Deve Ser Vitalícia

«Julgamos absurda a idéia de que a cátedra pertença, permanentemente, ao professor» — declarou o professor Manuel Orlando Ferreira, que tomou parte no recente Encontro Regional de Educadores no Rio de Janeiro, relatando o tema do ensino de economia e administração. — Em nosso entender, a cátedra é da Universidade, que a delegará aos professores que melhor possam promover a formação da juventude que procura se qualificar profissionalmente em cursos superiores».

Em apóio à sua tese, o professor desenvolveu, entre outras, as seguintes considerações:

«Qualquer professor pode, ou por fatores biológicos ou por fatores de comportamento social, envelhe-

cer prematuramente no exercício profissional, e não é justo que gerações de jovens sejam sacrificadas por este aspecto institucional, e — o que é pior — com grave dano para o organismo social. Não se pretende prejudicar o professor, ao contrário, reconhecemos que nenhuma profissão merece melhor e maior amparo considerando a extraordinária valia do seu trabalho. Entretanto, é necessário aumentar o grau de flexibilidade do provimento das cátedras. É possível que a grandeza da Universidade americana e da Universidade soviética tenha residido na possibilidade destes dois sistemas poderem utilizar cientistas nas suas cátedras que não possuíam quaisquer vínculos anteriores com a Universidade. Sabe-se que um cientista de alto gabarito, de qualquer nacionalidade, encontra sempre as portas abertas dessas universidades para transmitir aos estudantes os resultados de suas pesquisas».

NOTICIÁRIO

Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas

A 15 de janeiro completou doze anos de fundação o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, organizado como sociedade civil, com personalidade jurídica própria, sem fins lucrativos, destinado à pesquisa científica e ao ensino especializado de física e de outras disciplinas a ela ligadas.

O grupo fundador estava constituído pelo ministro João Alberto, que foi o seu primeiro presidente, e pelos professores César Lattes,

José Leite Lopes, Leopoldo Nachbin, Hervásio Guimarães de Carvalho, Francisco Mendes de Oliveira Castro, Jaime Tiomno, Ga-

briel Fialho, E. Frota Pessoa e outros.

Os trabalhos científicos e técnicos realizados pelo CBPF elevam-se a cerca de 150 trabalhos originais, regularmente publicados em revistas de renome internacional (*The Physical Review*, *Il Nuovo Cimento*, *Nuclear Physics*, *Nature*, *Review of Scientific Instruments*, *Proceedings of the Physical Society*, *Journal of Inorganic and Nuclear Chemistry*, *Transactions of the Philosophical Society*, *Journal de Chimie Physique et de Physico-Chimie Biologique*, *Journal of Geophysical Research*, *Proceedings of the Royal Society*, etc.) e editados, na forma de *preprints*, nas *Notas de Física* do CBPF, já no sexto volume. O CBPF edita igualmente monografias de física para uso de estudantes graduados. Os assuntos tratados cobrem uma grande variedade de problemas — partículas elementares, raios cósmicos, emulsões nucleares, física teórica, fotofissão, contaminação radioativa atmosférica, radioquímica, etc.

O CBPF tem recebido grande número de eminentes personalidades científicas estrangeiras, que orientaram cursos especializados, participaram de seminários e conferências ou de trabalhos específicos. Em julho de 1960 foi sede da Escola Latino-Americana de Física. Desde 1950 colabora o CBPF com a Universidade Mayor de San Andrés, de La Paz (Bolívia), com a instalação de um laboratório destinado ao estudo de raios cósmicos

no pico de Chacaltaya, a 5 300 metros de altitude, na cordilheira dos Andes, próximo à capital boliviana. A Universidade do Brasil, em 1950, concedeu ao CBPF mandato universitário que lhe permite realizar cursos tanto em nível universitário como em nível de pós-graduação. A sua colaboração científica se estende a várias instituições brasileiras — Instituto Oswaldo Cruz, Departamento Nacional de Produção Mineral, Escola Nacional de Engenharia, Faculdade Nacional de Filosofia, Escola Nacional de Química, Escola Técnica do Exército, Diretoria de Estudos e Pesquisas Tecnológicas do Exército, Diretoria de Eletrônica da Marinha, Força Aérea Brasileira, Instituto Tecnológico de Aeronáutica de São José dos Campos, Universidades do Recife, do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais e de São Paulo, Instituto de Física Teórica de São Paulo, Instituto de Energia Atômica de São Paulo, Instituto de Matemática Pura e Aplicada, Instituto Nacional de Tecnologia, Instituto de Biofísica da UB, etc. Acredita o CBPF haver formado «provavelmente» maior número de pesquisadores de física, nos últimos anos, do que qualquer outra instituição da América Latina. Desde 1950 já concedeu cerca de cem bolsas a estudantes brasileiros e 13 a estudantes estrangeiros, da Argentina, da Bolívia, dos Estados Unidos e do Peru.

É a seguinte a estrutura técnico-científica do CBPF:

— Departamento de Física Experimental — Laboratório de Emulsões Nucleares, Laboratório do Gerador Cockroft Walton, Laboratório de Física do Estado Sólido, Laboratório de Raios Cômicos.

— Departamento de Físico-Química.

— Departamento de Química Nuclear.

— Departamento de Matemática.

Os laboratórios que constituem esses departamentos estão atualmente instalados em três edifícios independentes, com uma área edificada de 2 365 metros quadrados. Está em vias de construção novo edifício, com área de 1 800 metros quadrados. Nominalmente, o valor do equipamento científico do CBPF é de 50 milhões de cruzeiros. A sua biblioteca especializada, destruída por incêndio em 1959, está em acelerado ritmo de reconstrução.

O CBPF mantém um Departamento de Ensino, encarregado de organizar cursos e ministrar ensinamento básico em física geral e experimental, com a colaboração do seu corpo científico. O Departamento conta com um Laboratório Didático, utilizado por alunos da Faculdade Nacional de Filosofia, estagiários e bolsistas de outras escolas, e onde se realizam um Curso de Eletrônica e a parte experimental de física atômica e nuclear do Curso de Engenharia Nuclear da Escola Nacional de Engenharia. Esse laboratório é freqüentado por cerca de 80 estudantes.

Financiamento do Ensino Primário na América Latina

O professor Abgar Renault, que fez parte da delegação brasileira à XI Conferência Geral da UNESCO, apresentou proposta no sentido do financiamento do ensino primário na América Latina, através da criação de um Fundo Internacional de Empréstimos, que poderia receber recursos das grandes instituições internacionais de crédito, a começar pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, de acordo com a política de financiamento aprovada na Conferência da Operação Pan-Americana.

A situação educacional da América Latina — argumentou o professor Abgar Renault — «mais se agrava à medida que se intensifica o processo de industrialização, porque esta industrialização acelerada absorve fatalmente recursos que poderiam ser utilizados para a solução de problemas do ensino público, principalmente do ensino elementar».

Mais de metade (54%) da população latino-americana pertence ao grupo de menos de 20 anos, ou seja, compõe-se de indivíduos que necessitam de freqüentar escola — primária, secundária ou superior.

«O número de analfabetos no grupo de 15 anos e mais varia entre 15 e 20% em certos países, como a Argentina, o Chile, o Uruguai e Costa Rica e atinge 80% no Haiti. Em 1950, quase 50% da população do Brasil eram de analfabetos, ao passo que na América

Central a percentagem oscilava entre 60 e 70%. Neste momento, 18 a 20 milhões dos 40 milhões de crianças da América Latina não podem estudar as técnicas elementares da escrita, da leitura ou do cálculo — por falta de escolas. Isto quer dizer que 18 ou 20 milhões somente têm o privilégio de estudar. Eis o quadro da América Latina, quando ela conta com 200 milhões de habitantes, população que cresce 2,6% cada ano, só encontrando paralelo na Ásia. No caso de uma natalidade média, esta população será, em 1980, de 296.500 000 habitantes. Nosso País — segundo Alfredo Sauvi, na obra **De Malthus a Mao Tsé-Tung**, poderá, em 1980 ter 98 311 000 ou 105 527 000 ou 113 402 000 habitantes, conforme os índices de crescimento da população sejam baixos, normais ou elevados, sendo de notar que esses são os que predominam no momento».

Escolas Primárias, INEP

Até 30 de setembro de 1960, a direção do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos teve notícia, de 19 Estados e do Território do Acre, que indicam que 114 novas escolas primárias foram concluídas, totalizando 383 novas salas de aula.

Isto significa a possibilidade de matrícula, no regime vigente de dois turnos, de 30 000 novos alunos.

As novas escolas estão assim distribuídas:

Alagoas	4
Amazonas	1
Ceará	1
Espírito Santo	11
Goias	1
Guanabara	3
Maranhão	21
Minas Gerais	26
Paraíba	2
Paraná	6
Pernambuco	3
Piauí	1
Rio Grande do Norte	6
Rio Grande do Sul	14
Estado do Rio	4
Santa Catarina	3
São Paulo	4
Sergipe	2
Território do Acre	2

Ao Maranhão coube o maior número de salas de aula (71), seguido de Minas Gerais (70).

Direito Rodoviário

O Instituto Brasileiro de Direito Rodoviário (Av. Rio Branco, 4, grupo 1601/3, Rio de Janeiro) instituiu um concurso de monografias versando sobre um dos seguintes temas:

— Direito Rodoviário. Conceituação e formulação jurídico-doutrinária.

— Restrições ao direito de propriedade na construção e uso das rodovias.

— Contribuição de melhoria.

— Pedágio.

— Faixa de domínio. Servidão.

— Polícia Rodoviária.

Os trabalhos concorrentes devem ser inéditos, com o máximo de trinta fôlhas dactilografadas, «ex-ceto a relação da bibliografia, que é obrigatória».

O prêmio principal era de 100 000 cruzeiros, mas, a seu critério, a Comissão Julgadora podia indicar outros trabalhos merecedores de Menção Honrosa e, portanto, de publicação na **Revista** do Instituto.

Bibliotecas do Rio

Mais de 200 000 obras foram consultadas, em 1959, nas duas principais bibliotecas públicas do Estado da Guanabara.

Na Biblioteca Nacional o movimento foi de 134 983 consultas e na Biblioteca Estadual de 81 531

Nos dois estabelecimentos, as obras em língua portuguesa tiveram a absoluta preferência dos consulentes (63%), mas houve também grande procura de obra em francês, inglês, espanhol e italiano (IBGE).

CAFE

Um amplo programa assistencial às entidades educacionais públicas e privadas vem sendo efetivado, desde 1959, por novo órgão constituído no Ministério da Educação — a Comissão de Assistência às Fundações Educacionais (CAFE), presidida pelo professor Pedro Paulo Penido.

O objetivo da CAFE é o de fornecer aos interessados elementos

completos sobre as possibilidades de organização de fundações educacionais, de modo a levar à escola milhares de jovens desprovidos de recursos financeiros. Entre as entidades que podem ser citadas como fruto desta iniciativa estão as fundações educacionais João Belo de Oliveira (Carangola), Jorge Ferraz (Governador Valadares), Clóvis Salgado (Teresópolis), Fernando Ferrari (Caxias do Sul) e outras.

Ensino Primário em Pernambuco

De acôrdo com recente levantamento, o ensino primário em Pernambuco estava sendo ministrado através de uma rede de 6 611 unidades escolares, ascendendo a matrícula efetiva a 291 451 alunos. Além do Recife, com 331 escolas, vários outros Municípios dispunham de uma rede superior a 100 unidades de ensino primário; eram eles Bezerros, Caruaru, Custódia, Floresta, Garanhuns, Goiana, Jaboatão, Limoeiro, Pesqueira, Salgueiro, São Bento do Una, São Caetano, Sertânia e Vitória de Santo Antão.

O corpo docente era constituído por 9 222 professores, dos quais 1 366 na Capital e 7 856 no Interior. Perto de metade do magistério primário (48,3%) estava subordinado à órbita municipal; à esfera estadual pertenciam 30,1%; à esfera particular, 21,4%; e ao âmbito federal, apenas 0,2%.

Num confronto da população escolar (ensino primário) nos anos

de 1956 e 1958, pode-se observar que, na faixa das idades típicas da instrução primária, ou seja, dos 7 aos 11 anos, a taxa de escolarização aumentou levemente de 34% para 36,3%. Todavia, comparando-se o efetivo escolar, da faixa de 7 a 15 anos, com o correspondente demográfico, observa-se que a proporção da população na escola decresceu de 29,6% para 29,5% (IBGE).

Educação Física

De acôrdo com o dec. nº 49 639, de 30 de dezembro, a Divisão de Educação Física do Departamento Nacional de Educação terá os seguintes objetivos:

— difundir e aperfeiçoar a educação física e os desportos, a fim de contribuir para a melhoria das condições de saúde e de educação do povo;

— realizar estudos que permitam estabelecer as bases da educação e da recreação física no país;

— estabelecer normas, programas e instruções metodológicas para a educação física nos diferentes graus e ramos de ensino;

— orientar e fiscalizar o funcionamento das escolas de educação física que lhe forem subordinadas e as atividades de educação física e desportos nos estabelecimentos de ensino sujeitos à jurisdição do MEC;

— promover a criação de centros de educação física e orientar e fiscalizar o seu funcionamento;

— incentivar a formação e promover o aperfeiçoamento de profissionais especializados em educação física e desportos.

A Divisão de Educação Física terá cinco seções — de Estudos e Aperfeiçoamento, de Educação Física de Grau Médio, de Educação Física Superior, de Desportos e Recreação e de Administração — e manterá um **Boletim** de publicação periódica.

Cultura Africana

A 2 de maio deste ano reúne-se em Salisbury, Rodésia do Sul, África, o I Congresso Internacional de Cultura Africana, sob o patrocínio do governo da Federação da Rodésia e do Nyassaland, tendo por tema principal as influências que, no mundo artístico contemporâneo e para a formação da cultura do Século XX, vêm exercendo tanto a arte como a música de procedência ou de derivação africana.

Os delegados serão hóspedes da The Rhodes National Gallery, de Salisbury.

Espera-se que Congressos semelhantes, dedicados à história, à etnologia e a outros aspectos da cultura africana, possam reunir-se de dois em dois anos, em outras capitais da África.

Produtividade

Em virtude de convênio entre o Banco do Nordeste e a Universidade do Ceará, foi criado, em Fortaleza, o Centro de Produtividade

do Nordeste, em cuja organização colaborou um técnico da ONU.

O CEPRON (Av. Visconde de Cauípe, 2221, Fortaleza) propõe-se a divulgar princípios e técnicas tendentes a melhorar os padrões de administração e organização nos setores público e privado e a prestar assistências às empresas, em geral, na solução de problemas administrativos.

Casa do Brasil em Buenos Aires

O professor Ney Strauch, novo diretor do Centro de Estudos Brasileiros em Buenos Aires, declarou à imprensa que o CEB, além de continuar a ser uma instituição tipo escola, com cerca de mil alunos de nível médio, que fazem cursos de língua e cultura brasileiras, entrará agora em nova fase, como instituto de nível universitário para divulgação do Brasil.

Notando que a casa (alugada) que o CEB ocupa já é pequena, o professor Strauch ressaltou a necessidade de se fazer em Buenos Aires uma Casa do Brasil, com salas de aula e de conferências, a fim de fazer face «ao excepcional interesse dos argentinos pelas coisas do Brasil».

Ensino Primário, SP

Com um efetivo superior a 1,5 milhões de alunos, o Estado de São Paulo possui a maior rede de ensino primário fundamental comum, num total de mais de 15 mil unidades escolares. Todavia, mesmo

em São Paulo, onde se têm verificado sensíveis progressos nesse setor do ensino, a taxa de escolarização ainda não atinge nível satisfatório. Dados referentes a 1958, comentados pelo Serviço de Estatística da Educação e Cultura (IBGE), indicam que nas faixas típicas da instrução primária (7 a 11 anos) aquela taxa era de 80,45%. Quer isso dizer que cerca de 20% das crianças paulistas dessas idades estavam fora das escolas.

Naquele ano, segundo os citados comentários, o ensino primário fundamental comum foi ministrado nos 435 municípios paulistas por intermédio de 13 894 unidades escolares, sendo 68,6% mantidas pelo Estado, 26,4% pelos Municípios e 5% por particulares. O número de professores elevava-se a 38 476, quase todos portadores de diploma de curso normal (apenas 2,9% não possuíam diploma). Só no município da Capital estudaram 359 572 alunos, atendidos por 10 388 professores.

No ensino primário do Estado de São Paulo registram-se os menores índices de evasão escolar de todo o Brasil. Enquanto em algumas Unidades da Federação esses índices chegam a ultrapassar 50% dos alunos matriculados entre as 1ª e 3ª séries, em São Paulo a percentagem média de evasão não passa de 16,1%. Assim, os alunos das escolas paulistas que abandonam o ensino primário antes do terceiro ano representam menos de uma quinta parte do número de estudantes matriculados.

MUNDO UNIVERSITÁRIO

Escola de Minas de Ouro Preto

A Escola Nacional de Minas e Metalurgia foi desligada da Universidade do Brasil, reassumindo o seu antigo nome de Escola de Minas de Ouro Preto.

De acordo com a lei nº 3 843, de 15 de dezembro, a Escola tem agora autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar.

Energia Nuclear

A 16 de dezembro foi inaugurado, no Instituto Tecnológico de Aeronáutica, em São José dos Campos, SP, um reator nuclear subcrítico de objetivos didáticos, que utiliza urânio natural e água leve, doado pela Comissão de Energia Atômica dos Estados Unidos.

Com o reator, o primeiro a ser doado a uma Universidade da América Central e do Sul, o ITA recebeu todo o equipamento auxiliar de laboratório e todo o combustível atômico (2 500 quilos de urânio natural) necessários, no valor de cerca de 150 000 dólares.

O professor Alexander J. Allen, diretor do Laboratório de Radiações da Universidade de Pittsburgh, procedeu à supervisão da instalação do reator atômico e dos seus equipamentos, à organização dos laboratórios e à orientação do planejamento dos cursos de Introdução à Engenharia Nuclear. Esses cursos farão parte do currículo normal de Engenharia Eletrônica e da especialidade de Motores do currículo de Engenharia Aeronáutica.

As Verbas da COSUPI

O professor Ernesto Luís de Oliveira Júnior, presidente da Comissão Supervisora do Plano dos Institutos (COSUPI), declarou à imprensa que, «nos convênios que temos firmado entre o Ministério da Educação e Universidades e escolas superiores isoladas, uniformizamos o critério de que as verbas dadas se destinam ao pagamento do pessoal que trabalhe em regime de tempo integral».

Advogando uma política educacional capaz de enriquecer a atividade universitária, criando condições permanentes para o desenvolvimento da pesquisa e o aprimoramento dos sistemas de trabalho, o professor Oliveira Júnior explicou:

«As outras dotações são discriminadas para fins de criação de institutos tecnológicos ou de aquisição de equipamentos científicos, livros ou quaisquer outros instrumentos que propiciem bases para um plano geral de educação para o desenvolvimento. Esta circunstância entrosa-se no conjunto das demais obrigações».

Vagas em São Paulo

Este ano, as vagas na primeira série dos cursos superiores em São Paulo elevam-se a 2 414 na Universidade de São Paulo, 1 130 na Pontifícia Universidade Católica e 605 na Universidade Mackenzie.

O total atinge, assim 4 149 vagas nas três Universidades.

Açúcar e Algodão

Com o término das obras da Universidade Rural de Pernambuco, a diretoria dos Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão está programando dois cursos de especialização, ambos de um ano, um deles sobre algodão, o outro sobre a cana de açúcar, além de outros cursos — silvicultura, administração rural, sociologia rural, etc. — já em cogitação.

Todos esses cursos destinam-se a diplomados.

Nos seus dois anos de funcionamento, a diretoria dos Cursos já teve ocasião de ministrar os seguintes:

— Cálculo de Probabilidades e Estatística — J. Zaloar (Universidade do Recife).

— Conservação de Solos — João Dias (Universidade Rural de Pernambuco).

— Patologia e Clínica Cirúrgica — Cristóvão Colombo (Escola de Veterinária do Exército).

— Brucelose — Milton Tiago de Melo (Instituto de Manguinhos).

— Psicologia Educacional — Pa-

dre Barros Leal (Universidade Católica).

— Estatística Experimental — F. Pimentel Gomes (Universidade de São Paulo).

— Agrostologia — E. Barreto Campelo (Universidade Rural de Pernambuco).

— Métodos de Melhoramento de Plantas — Ernesto Paterniani (Universidade de São Paulo).

— Semiologia Bovina e Problemas de Reprodução em Grandes Animais — Hans Merkt (Universidade de Hannover).

— Extensão Rural (em cooperação com o ETA).

— Julgamento de Gado Indiano — Luís Rodrigues Fontes (Universidade de Minas Gerais).

Engenharia Industrial

A 27 de dezembro foi inaugurada em Rio Grande, RS, a Escola de Engenharia Industrial, a segunda escola de Engenharia do Estado, com sede provisória no primeiro andar do edifício da Biblioteca local.

Dirige a Escola o engenheiro Cícero Marques Vassão.

A Fundação Cidade do Rio Grande, que a mantém, iniciou as suas atividades com patrimônio de um milhão de cruzeiros. Atualmente, esse patrimônio se eleva a 50 milhões. E a Fundação dispõe de uma área de 55 000 metros quadrados, na zona urbana, destinada às edificações da escola.

O edifício principal já está em vias de conclusão.

Instituto de Pesquisas Matemáticas

Instalou-se, em cerimônia na Reitoria da Universidade de São Paulo, o Instituto de Pesquisas Matemáticas, criado pelo decreto estadual nº 37 235, de 14 de setembro de 1960.

Foram empossados os membros do Conselho Deliberativo do IPM, os professores Francisco Humberto Maffei, Paulo Sawaya, Cláudio Lima da Silva Dias, João Augusto Breves Filho, Edison Farah, Leo Borges, Maurício Matos Peixoto, Leopoldo Nachbin, Aquiles Bassi Vieira e o professor Chen, do Instituto Tecnológico de Aeronáutica.

Preside o Conselho o professor J. O. Monteiro de Camargo.

Economia Rural

Em colaboração com o ETA, a Escola Superior de Agricultura e o Instituto de Economia Rural da Universidade Rural de Minas Gerais promovem dois cursos de pós-graduação, um em Economia Rural, outro em Hortaliças.

O candidato ao curso de Economia Rural deve completar oito cursos de um semestre, preparar e defender tese. Os cursos programados são: Teoria Econômica, Métodos Estatísticos aplicados à Economia, Economia da Produção, Metodologia de Pesquisas, Recursos Econômicos e Política Agrícola, Administração da Empresa Rural, Comercialização Agropecuária e Sociologia Rural.

Este curso será ministrado pelos professores Edson Potsch Magalhães, Erly Dias Brandão, Edgar

de Vasconcelos Barros, Fábio Ribeiro Gomes e D. Woods Thomas, da Universidade de Purdue.

O candidato ao curso de Hortaliças deverá completar seis cursos de semestre, executar trabalho experimental, apresentá-lo em forma de tese e defendê-lo. Além de seminários e pesquisas, os cursos programados são: Métodos Culturais, Fisiologia de Hortaliças, Estatística, Melhoramento de Hortaliças, Defesa Fitossanitária, Manejo de Solos e Mecanização de Hortaliças.

O curso terá como professores Flávio Couto (olericultura), Frederico Vanetti (entomologia), Geraldo Chaves (fitopatologia), Fábio Ribeiro Gomes (estatística), Alexis Dorofeeff (solos), Moacir Maestri (fisiologia vegetal) e Avelino Mantovani Barbosa (mecanização), além dos professores da Universidade de Purdue, Homer T. Erickson (genética), Ray M. Lien (mecanização) e Rusel D. Frazier (manejo de solos).

Ambos os cursos durarão dois semestres.

Institutos da Faculdade de Direito, UMG

Foram instalados três Institutos na Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais:

— Instituto de Direito Civil, Direito Internacional Privado e Direito Romano — Sob a direção dos catedráticos Vale Ferreira, A. M. Vilas Boas, Caio Mário da Silva Pereira, Darci Bessone de Oliveira Andrade, Amílcar de Castro e

Afonso Lajes, com a assistência dos bacharéis João Batista Vilela, Adriano de Azevedo Andrade e José Edgar de Amorim Pereira.

— Instituto de Processo (Penal, Civil e Trabalhista) — Sob a direção dos catedráticos José Olímpio de Castro Filho e Lourival Vilela Viana, tendo por assistentes os bacharéis Alberto Deodato Maia Barreto Filho e José Guilherme Vilela.

— Instituto de Pesquisas de Economia e Finanças — Sob a direção dos catedráticos Alberto Deodato e Oscar Dias Correia, com o bacharel Simão Pedro Casassanta como assistente.

Os institutos funcionarão com o concurso dos alunos da Faculdade. Foram instituídas 32 bolsas de estudo (alimentação gratuita no restaurante da Faculdade e ajuda mensal de 8 500 cruzeiros por ano, inclusive no período de férias).

Haverá provas para a seleção dos bolsistas.

Geologia

Este ano não haverá inscrição para a primeira série do curso de Geologia do Recife.

O professor Mota Barbosa, coordenador do Curso, declarou à imprensa haver recebido instruções, nesse sentido, da Campanha de Formação de Geólogos (CAGE) do Ministério da Educação e Cultura.

Universidade Rural do Km 47

A 9 de janeiro tiveram início cursos intensivos, de quatro sema-

nas, na Universidade Rural do Km 47, destinados a professores de Escolas Agrotécnicas e de Economia Doméstica e de estabelecimentos superiores de Agricultura e Veterinária, visando a disseminar conhecimentos sobre auxílios áudio visuais, metodologia, didática e pedagogia.

A Universidade Rural concedeu aos participantes alojamento e refeições.

Escola de Saúde Pública, MG

A Escola de Saúde Pública de Minas Gerais, fundada em Belo Horizonte em 1946, mas instalada em 1947, já diplomou, como instituto de pós-graduação, 322 médicos sanitaristas: a Escola dá um curso de formação em saúde pública e cursos de especialização em fisiologia, higiene mental e psiquiatria, doenças tropicais, leprologia e outros; um curso de Doutorado, para sanitaristas; e cursos anexos para visitadoras sanitárias, dietistas, microscopistas, etc.

Com sede própria à Av. Augusto de Lima, no Barro Preto, a Escola dispõe, entre as suas instalações, de completos laboratórios de bacteriologia, de parasitologia e de nutrição, um pequeno auditório e uma biblioteca especializada.

Desde a fundação dirige a Escola o professor Cid Ferreira Lopes.

O seu corpo docente está assim constituído:

Bacteriologia — Helyécio Brandão; Parasitologia — A. Viana Martins; substituto, Marcelo de

Vasconcelos Coelho; Estatística Sanitária — José Maria Pompeu Memória; substituto, Aprigio de Abreu Salgado; Saneamento Urbano e Rural — Afonso Ferreira de Castro; Medicina Tropical — Oscar Versiani Caldeira; Higiene Mental — Austregesilo Ribeiro de Mendonça; Epidemiologia — Marino Mendes Campos; Tisiologia — José Feldman; Leprologia — Orestes Diniz; substituto, José Stancioli; Higiene Infantil — Paulo Roxo da Mota; Higiene Pré-Natal — Armando Chiari; Nutrição — Armando Ribeiro dos Santos; Higiene Industrial — Jorge Saldanha Bandeira de Melo; Técnica de Saúde Pública — Cid Ferreira Lopes.

Em fins do ano passado a Escola foi equiparada à Escola Nacional de Saúde Pública, do Ministério da Saúde, com o que os seus diplomas adquirem validade nacional.

Instituto de Pesquisas Hidrográficas

O professor José Leite de Souza, assistente da cátedra de Portos, Rios e Canais da Escola de Engenharia, tomou posse como diretor do Instituto de Pesquisas Hidrográficas da Universidade do Rio Grande do Sul.

Candidatos ao Vestibular

Cerca de 5 500 candidatos disputaram as 1 300 vagas existentes nas primeiras séries dos principais estabelecimentos de ensino superior da capital mineira.

Segundo a imprensa de Belo Horizonte, a preferência dos can-

didatos recaiu, como tem acontecido, na Universidade de Minas Gerais, não obstante as suas faculdades e escolas cobrarem taxas de vestibular que variam de 80 a mil cruzeiros.

A afluência maior era às faculdades de Direito, Medicina e Engenharia, notando-se diminuição no total de candidatos aos cursos jurídicos e aumento no daqueles que se destinavam à engenharia e à medicina (esta com os vestibulares mais difíceis de Minas Gerais). Foi grande, igualmente, o número de candidatos à Faculdade de Filosofia.

Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto

Em virtude da lei estadual nº 5970, de 24 de novembro, a Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, USP, teve nova estrutura didática e administrativa, colocando-se a Escola no mesmo nível dos demais institutos universitários do país.

Estudos Nordestinos

Entre 18 e 25 de março, sob o patrocínio da União Nacional dos Estudantes, representações estudiantis de vários Estados, da Bahia ao Maranhão, se reunirão no Recife para um Seminário de Estudos Nordestinos.

Todos os participantes devem apresentar teses.

Os assuntos do temário serão os seguintes:

— Universidade e região.

— A economia nordestina e a economia brasileira.

— Política tributária e desenvolvimento.

— Planejamento educacional para o Nordeste.

— Condições de existência da população nordestina.

Conselho de Educação Superior Para as Repúblicas Americanas

O Prof. Anísio Teixeira, como membro do CHEAR (Conselho de Educação Superior para as Repúblicas Americanas), organização fundada em 1958, sob os auspícios da Carnegie Foundation, vem participando regularmente das reuniões desse Conselho desde 1958, data de sua fundação. As reuniões até hoje realizadas foram em San Francisco, Cal., U.S.A. (quando se fundou o Conselho), México, México, Santiago, Chile e este ano, novamente, em San Francisco, Cal., U.S.A.

O Conselho foi criado no propósito de estabelecer relações mais íntimas entre o ensino superior dos E.U.A. e da América Central e América do Sul, promovendo estudos, reuniões e viagens destinados a ajudar a mútua compreensão e intercâmbio entre os sistemas de ensino superior das três Américas.

Compõe-se o Conselho de seis membros, sendo três norte-americanos, um centro-americano e dois sul-americanos, ou sejam, Professores Kenneth Holland, presidente do Institut of International Education, Franklin Murphy, Chanceler

da Universidade de Los Angeles, Frederick Burkhardt, presidente do American Council of Learned Societies, da América do Norte, e Prof. Gomes Millas, reitor da Universidade do Chile, prof. Rodrigo Facio, reitor da Universidade de Costa Rica e prof. Anísio S. Teixeira, secretário geral da CAPES e da Universidade do Brasil.

Em cada reunião são discutidos os problemas de ensino superior do Continente entre os membros dos Conselhos e os Reitores e professores especialmente convidados, aos quais são proporcionados, além disto, programas extensos de visitas tanto às Universidades da América do Norte quanto da América do Sul.

Vários estudos vêm sendo promovidos pelo Conselho, entre os quais não é o menos importante o **Estudo Comparado do Ensino Superior nas Repúblicas Americanas**, sob a direção do prof. Anísio S. Teixeira e com a assistência do prof. Harold Benjamin, como Consultor-chefe.

Participarão da reunião do corrente ano, entre 11 e 19 de fevereiro, os seguintes professores, que antes se reunirão em Los Angeles, sob os auspícios do Centro de Estudos Latino Americanos da Universidade de Los Angeles nos dias 9 e 10 de fevereiro:

— Ralph L. Beals, Professor of Anthropology & Sociology, UCLA

— Wendell Bell, Associate Professor of Sociology, UCLA

— Frederick Burkhardt, Presi-

dent, American Council of Learned Societies

— Robert N. Burr, Associate Professor of History, UCLA

— Mario Cassinoni, Rector, University of Montevideo, Montevideo, Uruguay

— James S. Coleman, Associate Professor of Political Science and Diretor, African Studies Center, UCLA

— Henri de Vries, School of Law, Columbia University

— Fred P. Ellison, Department of Spanish and Italian, University of Illinois

— Russell H. Fitzgibbon, Professor of Political Science and Director, Latin American Studies Center, UCLA

— Risieri Frondizi, University of Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina

— Keith Glennan, President, Case Institute of Technology and immediate past Administrator, National Aeronautics and Space Administration

— Juan Gomes-Millas, Rector, University of Chile, Santiago, Chile

— Wendell Gordon, Department of Economics, University of Texas

— John Harrison, Assistant Director, Division of Humanities, Rockefeller Foundation

— Kenneth Holland, President, Institute of International Education

— John Howard, Director, International Training and Research, Ford Foundation

— James F. King, Professor of History and Director, Latin American Studies Center, University of California, Berkeley, California

— William W. Marvel, Executive Associate, Carnegie Corporation of New York.

— Franklin D. Murphy, Chancellor, UCLA

— Robert G. Neumann, Professor of Political Science and Director, Institute of International and Foreign Studies, UCLA

— James A. Perkins, Vice President, Carnegie Corporation of New York

— Joseph M. Stycos, Department of Sociology and Anthropology, Cornell University

— Anísio Teixeira, Secretary-General, Commission on Higher Education, Rio de Janeiro, Brazil

— Antonio Barros Ulhoa Cintra, Rector, University of São Paulo, São Paulo, Brazil

— Charles Wagley, Department of Anthropology, Columbia University

— Robert Wauchope, Diretor, Middle American Research Institute, Tulane University

— A. Curtis Wilgus, Diretor, School of Inter-American Studies, University of Florida

— Alfred C. Wolf, Diretor, Overseas Development Program, Ford Foundation

— Bryce Wood, Social Science Research Council.

ASPECTOS INTERNACIONAIS DA EDUCAÇÃO

Novas Universidades na Inglaterra

Há quinze anos — lembra **The Economist** (26/11) — a Comissão Barlow propunha, a fim de enfrentar as necessidades futuras de tecnólogos na Grã-Bretanha, a fundação de uma nova Universidade, ainda que pequena. Essa Universidade foi fundada — e North Staffordshire abriga no ano acadêmico 1960-61, um total de 150 estudantes.

«Se o Informe Barlow tivesse pedido seis novas Universidades, e tôdas estivessem surgindo, as perspectivas de aumentar a população estudantil para 170 000 em 1970 (meta ainda não aceita pelo govêrno) estaria razoavelmente assegurada e quase seria possível esperar que, com mais um novo esforço, em 1970 todos os rapazes e moças qualificados e desejosos de um lugar em Universidade (provavelmente 200 000) o conseguissem. Como as coisas estão, seis ou mais Universidades novas são absolutamente necessárias».

Os anos 60 prometem, segundo **The Economist**, ser um década de construção de Universidades. «No ano próximo (1961), a Universidade de East Sussex aceitará os seus primeiros 50 estudantes em acomodações provisórias em Brighton. York e Norwich já foram aprovadas. Essex, Coventry, Canterbury e Gloucester já delinearão planos. Os escoceses estão considerando East Stirlingshire (não obstante Inverness ter os seus adeptos). Stamford é uma possibilidade. Stevenage não abandonou as suas ambições. Mas a gestação de uma

Universidade é demorada. Seremos muito felizes se ao fim dos anos 60 tivermos 500 estudantes em York e Norwich, além de 2 500 em East Sussex».

Escolas da Argentina

A educação fundamental na Argentina é ministrada em 8 143 escolas, das quais apenas 452 particulares.

De acôrdo com a sua localização, as escolas são divididas em grupos A (urbanas), B (rurais), C (zona desfavorável) e D (zona muito desfavorável). Quanto à sua natureza, dividem-se em comuns, escolares, escolas para adultos (umas noturnas, para civis, outras anexas às forças armadas) e escolas particulares.

Há 2 728 escolas do grupo A, 2 389 do grupo B, 1 659 do grupo C e 1 367 do grupo D. As escolas da Capital Federal pertencem tôdas ao grupo A — 506 comuns, 175 escolas para adultos. As escolares, as escolas para adultos e as escolas particulares são tôdas do grupo A.

As escolas comuns, de todos os tipos, distribuem-se do seguinte modo pelas várias províncias:

1ª Zona	
Buenos Aires	230
Catamarca	292
Córdoba	529
Jujuy	169
La Rioja	241
Mendoza	220
Salta	404
San Juan	175
San Luis	299
Santiago del Estero	718
Tucumán	394
2ª Zona	
Corrientes	553
Chaco	530
Chubut Trelew	51
Chubut Esquel	90
Entre Rios	244
Formosa	201
La Pampa	276
Misiones	376
Neuquén	83
Rio Negro	230
Santa Cruz	23
Santa Fé	438
Tierra del Fuego	4

De acôrdo com a lei, as escolas do grupo B gozam de uma bonificação de 20%, as do grupo C de 40% e as do grupo D de 80%.

(Fonte — **El Monitor de la Educación Común**, BA, jul 1960)

Salários dos Professôres

A Associação Nacional de Educação dos Estados Unidos publicou novas cifras que comparam os salários dos professôres em 1958 com os salários de 17 outras profissões — arquitetos, químicos, eclesiásticos, dentistas, dietetas, engenheiros, conservadores florestais, advogados e juizes, bibliotecários, naturalistas, optometritas, osteopatas, farmacêuticos, médicos e cirurgiões, assistentes sociais, cientistas sociais e veterinários.

Os resultados, segundo **School and Society** (8/10), indicam:

A média dos salários dos professôres em 1958 foi de 5 059 dólares, para as 17 outras profissões 10 697. Os professôres tinham salários inferiores à metade (47,3%) aos das demais profissões. As cifras excluem de ambos os grupos os trabalhadores ocasionais ou parcialmente preparados: referem-se apenas a pessoas que trabalharam pelo menos 27 semanas em 1958, que ganharam pelo menos 1 500 dólares e que tinham pelo menos quatro anos de Faculdade. Para os trabalhadores de tempo integral (pelo menos 27 semanas), sem consideração pelo seu grau de preparação escolar, a média para os professôres foi 4 827, para os demais 9 439.

Tôdas as rendas, profissionais ou não, estão computadas em todos os grupos. No caso dos professôres, a Associação de Educação estima que um segundo emprêgo como professor ou fora da escola

representa ao todo cerca de 4,5% da renda total.

«Churck»

Do cruzamento de um frango com uma perua nasceu o «churck» — «uma ave tão rara como dente de galinha».

Há apenas três dêles vivos, todos machos, mas cerca de 2 900 ovos foram processados para produzi-los: têm o pescoço comprido e a pele branca da perua, o tamanho em geral e o colorido escuro das penas do frango, mas os membros inferiores parecem os de um jovem peru; todos têm defeitos, nas pernas ou no bico; são frágeis; «têm apenas metade da inteligência das duas espécies geradoras»; morreriam a bicadas se fôssem misturados com outras aves; são silenciosos, sem o gluglugu dos perus nem o alegre cocoricar dos galos...

O «churck» (palavra composta de **chicken** e **turkey**) foi obtido pelo dr. Marlow W. Olsen, do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, em Beltsville, Maryland.

Os três «churcks» são machos, mas incapazes de reprodução, dada a diferença de número de cromossomas de galinhas (seis pares) e de perus (nove pares): nascem com 15 cromossomas, que não se duplicam para produzir rebentos. Isto significa que será preciso cruzar galo e perua toda vez que se queira produzir um «churck».

(Fonte — **Science News Letter**, 5 nov. 1960)

Edificação Escolar, América Latina

Treze países latino-americanos responderam ao inquérito promovido pela Organização dos Estados Americanos (OEA) em torno do problema da edificação escolar. Luis Vera, da União Pan-Americana, examinando as respostas recebidas, declara que, «não obstante não se poder considerar absolutamente representativa a amostra, os seus resultados são indicativos e há interesse na sua análise, porque abarcam 72 929 locais usados para o ensino primário oficial de um grupo de países cuja população representa três quartas partes do total da América Latina».

Nos treze países em questão, escreve Luis Vera, «a construção escolar não seguiu uma política que determine a localização da escola nos distritos residenciais. Faltaram planos escolares apoiados numa política territorial enquadrada nos programas de desenvolvimento da comunidade. O inquérito revela cifras desoladoras sobre a dimensão insuficiente dos terrenos destinados a escolas e a pátios de recreio, já que, por motivos de especulação, não se deu importância à recreação como fator da formação do escolar. O inquérito comprova a ausência de um conceito pedagógico e espacial como pré-requisito para a planta do edifício escolar, que determina o lugar da escola no bairro. Muitas plantas que não se adaptam às necessidades e características das comunidades latino-americanas baseiam-se

em experiências européias ou americanas. O inquérito comprova não ter havido um trabalho de colaboração entre pedagogos, arquitetos, urbanistas e administradores escolares para projetar uma escola, além da falta de concepção básica de processos e métodos».

Há dois séculos Pestalozzi — lembra Luis Vera — enunciou três princípios que ainda não perderam o seu valor:

«1. A educação na escola é a continuação e extensão da educação no lar.

«2. A sala de aula e o edifício escolar devem proporcionar o mesmo senso de segurança natural, intimidade e liberdade que a criança desfruta no lar.

«3. O meio, natural ou criado pelo homem, faz parte vital da educação da criança».

A área mínima de terreno — edificação, campo de jogo, pátio de recreio, jardins, etc., — de acordo com as normas de construção escolar era a seguinte, em alguns países, em metros quadrados por cem alunos:

PAISES	Escolas urbanas	Escolas rurais
Argentina	750 m ²	1 000 m ²
Colômbia	1 800	2 200
Costa Rica	2 750	1 625
Cuba	240	240
Equador	1 050	1 400
Guatemala	800	1 200
Honduras	1 200	1 200
Nicaragua	1 200	6 250
República Dominicana	200	200
Venezuela	2 000	3 000

Estas cifras, diz Vera, estão abaixo dos mínimos utilizados em outros países: em certos países da Europa, o mínimo varia entre 2 500 e 3 000 metros quadrados, enquanto, nos Estados Unidos, a variação é entre 5 000 e 16 000 metros quadrados. Por sua vez, Ernest J. Kunt recomenda uma superfície de 20 acres para uma escola de 500 alunos.

Quanto à capacidade e às necessidades dos edifícios escolares, deduz-se do inquérito que o número de salas de aula, do total de locais em uso, se eleva a 182 331, ou seja, em média, 2,5 salas de aula por edifício escolar primário. A proporção de salas de aula por escola primária é a seguinte, em alguns países:

Argentina	3,5
Brasil	4,3
Colômbia	2,0
Costa Rica	2,8
Cuba	4,0
Equador	2,5
Guatemala	2,6
Honduras	3,4
Nicaragua	1,9
República Dominicana	1,6
Venezuela	2,6

«Uma apreciação das necessidades atuais, segundo o critério dos países que responderam ao inquérito, assinala um deficit de 145 194 salas de aula, que seria necessário construir imediatamente, e mais 229 692 salas de aula,

dentro de um plano de construções escolares nos próximos cinco anos. De acôrdo com as respostas, pode-se estabelecer a média de 3 750 salas de aula de ensino primário oficial por milhão de habitantes. Assim, um cálculo estimativo da América Latina alcançaria o total de 675 000 salas de aula que a edificação escolar exige».

Luis Vera procura fixar o número de alunos por sala de aula, observando que a capacidade média «recomendável» da sala de aula é de 30 alunos, com 25 como capacidade mínima e 40 como máxima. Os números obtidos no inquérito, se não coincidem, aproximam-se bastante:

PAISES	Escolas urbanas		Escolas rurais	
	Normal	Aumento	Normal	Aumento
Argentina	30	45	40	50
Colômbia	35	50	40	60
Costa Rica	30	40	30	40
Cuba	35	70	25	50
Equador	40	50	50	60
Guatemala	40	60	40	60
Honduras	40		40	
Nicaragua	35	60	40	50
República Dominicana	40	50	40	60
Venezuela	50		50	

(Fonte — *La Educación*, out.-dez. 1959)

Ensino Primário no Japão

A percentagem de analfabetos na população japonesa oscila entre 2 e 3% — percentagem igual à dos Estados Unidos e do Canadá — não

obstante só em 1947 o Japão haver tornado obrigatório o ensino de nove anos.

Entretanto, somente 30% dos adultos japoneses tiveram nove anos de escola, em comparação

com 50% dos americanos e 90% dos ingleses.

A escola primária, de seis anos, dá um mínimo de 5 821 horas de aula e a freqüência escolar atinge 99,8%. Em média, cada professor tem a seu cargo 36 alunos (antes da guerra, tinha 46).

O govêrno despense 5,3% da renda nacional no promover a educação.

A renda média anual do professor primário é de 280 235 yens, ou seja, 3,3 vezes superior à renda média nacional per capita.

(Fonte — *Boletim Informativo do Japão*, jan 1960)

Engenheiros para a Alemanha

O número de engenheiros em falta na República Federal da Alemanha oscila entre 24 e 44 000 e é provável que aumente, dentro em breve.

O órgão oficial da Associação dos Engenheiros Alemães indicou, recentemente, a causa dessa falta: «mais técnica, mais engenheiros», constatando que não diminuiu o número de engenheiros, mas aumentou rapidamente a sua procura.

As sete Universidades técnicas da República Federal e de Berlim ocidental contavam, no ano letivo 1949-50, um total de 25 700 estudantes, que no ano 1958-59 cresceram para 46 000. Além disso, os institutos técnicos, de grau médio, contavam em 1952 com um total de 55 300 estudantes e 110 100 em 1959. Somente a indústria eletrônica indica uma procura de 12 a 15 000

engenheiros, enquanto apenas 2 500 terminam cada ano o curso nessa especialidade.

A aflluência de estudantes, atualmente, é de tal ordem que cêrca de metade dêles, por falta de vagas nos institutos de ensino, são rejeitados.

Universidades da Suíça

Com uma população ligeiramente superior a 5 milhões, a Suíça mantém sete Universidades, duas Escolas Politécnicas, uma Escola de Altos Estudos Mercantis e vários centros de estudo especializado.

Das Universidades, três se localizam na zona de idioma alemão (Basileia, Berna e Zurich), quatro na zona de idioma francês (Friburgo, Lausanne, Genebra e Neuchâtel). Tôdas dispõem de várias faculdades — Teologia (católica em Friburgo e protestante nas demais), Direito, Letras, Ciências, Medicina. Esta última falta apenas nas Universidades de Friburgo e Neuchâtel. A essas faculdades agregam-se institutos especializados — Odontologia (Berna, Basileia, Genebra e Zurich), Veterinária (Berna e Zurich), Escola de Intérpretes (Genebra), Escola de Francês Moderno (Friburgo, Genebra, Neuchatel e Lausanne).

O ano escolar, nas Universidades helvéticas, não dura nove meses. Há dois cursos anuais — o de inverno (outubro-março) e o de primavera (abril-julho). O período escolar tem duração diferente, de acôrdo com a Universidade. Os

períodos de férias são geralmente aproveitados para «cursos de verão», a que, em Genebra, Lausanne e Neuchâtel, se acrescenta o ensino prático do francês e, em Saint Gall, do alemão.

Paralelamente ao ensino universitário, faz-se a preparação de estudantes numa série de temas especiais, no Instituto Universitário de Altos Estudos Internacionais, de Genebra, no Instituto de Estudos Tropicais, de Basileia, no Instituto de Comércio Exterior, de Saint Gall, no Instituto Suíço de Investigações e Relações Internacionais, de Zurich, que contam com bibliotecas e arquivos dedicados a essas especialidades.

Micro e Macro-Economia

Sob os auspícios da American Economics Association, será ministrado, na Universidade de Colorado, em Boulder, naquele Estado americano, mais um curso — o quarto — do Economics Institute, destinado a estudantes estrangeiros em vias de iniciar estudos pós-graduados de economia em Universidades americanas.

Além de treinamento intensivo em língua inglesa, o curso compreende uma revisão da teoria micro e macro-econômica.

O curso terá lugar entre 30 de junho e 30 de agosto.

A fim de obter os formulários de inscrição, os candidatos ao curso devem requerê-los ao Departamento de Economia das Universi-

dades onde vão realizar os seus estudos pós-graduados.

«Rusdic»

Foi construído, na Universidade da Califórnia, um dicionário de 600 000 palavras a ser usado por um computador num programa de pesquisa lingüística, para a tradução automática da literatura técnica soviética por meio de eletrônica, a preço infinitamente mais barato do que a tradução comum.

O dr. Sydney M. Lamb, lingüista encarregado do programa, disse que o novo dicionário russo-inglês, que tem o maior vocabulário no campo de tradução, deve realizar o objetivo final de tradução de 360 000 palavras por hora.

O dicionário mecânico, chamado «Rusdic», será usado em programa da Universidade em conexão com um computador IBM 704.

(Fonte — Science New Letter, 1 out 1960)

Universidade da África Oriental

Pode surgir, em breve, a Universidade da África Oriental, se as recomendações do Grupo de Trabalho de Educação Superior na região fôrem aprovadas pelo governo britânico — escreve, em **Oversea Education** (out 60), o dr. C. T. Mortimer, do Colégio Universitário da North Staffordshire.

Essa Universidade constituir-se-ia do Colégio Universitário da África Oriental (Makerere College)

de Kampala, Uganda, do Colégio Técnico Real da África Oriental, de Nairobi, Kenya, e do Colégio Universitário de Morogoro, Tanganyika, ainda por criar, talvez em 1965-66.

O Makerere College, que serve a 700 estudantes, foi criado em 1921, pelo governo de Uganda, como colégio técnico, na colina do mesmo nome, nas vizinhanças de Kampala. Em 1925 os seus estudantes tinham de obter o certificado escolar ultramarino em Cambridge, mas depois de 1944 foi estabelecida uma relação especial com a Universidade de Londres, de modo que em 1950 eram instituídos os primeiros cursos para a obtenção do **general degree** em artes e ciências. Atualmente, já como Colégio Universitário, tem faculdades de Artes, Ciências, Medicina, Agricultura e Veterinária, Instituto de Pesquisas Sociais, Escola de Arte, Departamento de Estudos Extra-Curriculares, etc.

Em 1952 foi publicada a Carta que criava o Real Colégio Técnico da África Oriental, em Nairobi, que abriu as suas portas em 1956 e dá cursos de arquitetura, artes, comércio, economia doméstica, engenharia e ciências, alguns dos quais com a possibilidade de exames finais no Reino Unido, quando outrora ministrava cursos apenas em artes, ciências e comércio. O Real Colégio serve a apenas cerca de 250 estudantes.

As recomendações do Grupo de Trabalho de Educação Superior são as seguintes:

— O Real Colégio Técnico deve tornar-se, sem demora, um Colégio Universitário de novo tipo, em que cursos acadêmicos e profissionais do mesmo nível tenham lugar em Faculdades de Ciências, de Artes, de Engenharia, etc.

— devem-se traçar planos para o estabelecimento de um Código Universitário em Morogoro, Tanganyika, a inaugurar-se em 1965-66;

— deve ser criada, em 1966, a Universidade da África Oriental, de que os Colégios Universitários então existentes, e outros que venham a ser criados, serão partes constituintes.

Tôdas as unidades da Universidade serão — como já o são — interracialias.

O Real Colégio Técnico, que passará a ser o Real Colégio da África Oriental, funcionará nas mesmas bases do Makerere College, em relação especial com a Universidade de Londres.

Logo que fundada, porém, a Universidade da África Oriental passará a conferir os seus próprios graus e diplomas.

Novas Batalhas pela Escola Pública

William Marshall French lembra, com base na obra de Cubberley, as batalhas necessárias para estabelecer e estender o sistema escolar nos Estados Unidos — as batalhas pelo apóio dos contribuintes para eliminar a idéia da escola pauperizada, para tornar as escolas in-

teiramente livres, para assegurar a supervisão do Estado, para afastar o sectarismo e para levar o sistema até o nível secundário.

Essas batalhas foram ganhas, — diz êle, em **School and Society** (8/10) — mas novas batalhas devem ser travadas para assegurar que a vitória que supúnhamos nossa está realmente garantida.

Essas batalhas seriam sete:

— A batalha por escolas não sectárias.

— A da liberdade profissional para o professor responsável: «O professor deve ter liberdade de ensinar a verdade, ainda que ela vá contra o mais baixo denominador comum dos preconceitos locais».

— A batalha por adequado apóio financeiro.

— A batalha pela educação de tôdas as crianças de acôrdo com os seus interesses, capacidades e possível posição na sociedade.

— A batalha por preservar as escolas da fragmentação: «Sòmente na medida em que a escola pública sirva à grande maioria das

crianças americanas estará ela em tôda a sua fôrça».

— A batalha contra a segregação.

— A batalha por um adequado suprimento de professôres competentes.

Atualização em Educação Física

A Diretoria Geral de Educação Física da Argentina organizou, entre os dias 8 e 28 de janeiro, em Buenos Aires, o seu 4º Curso Internacional de Atualização e Aperfeiçoamento em Educação Física.

O Curso, realizado no 1º Centro de Educação Física (Repúblicas, 1050, Buenos Aires), teve a supervisão do professor Ramón C. Muros.

As matérias ensinadas durante o Curso foram Atletismo, Acampamento Educativo, Danças Folclóricas Argentinas, Ginástica Feminina, Ginástica Masculina, Natação, Orientação Psicopedagógica, Recreação, Ginástica Austúaca e Ginástica de Solo (**colchonetas**).

ATOS OFICIAIS

Professôres Catedráticos

Foram nomeados professor catedrático:

— de Química Tecnológica e Analítica, Escola de Engenharia, Universidade do Recife, — Laert Campos de Souza;

— de Filologia Românica, Faculdade de Filosofia, URS, — Heinrich Adam Wilhelm Bunse;

— de História Econômica Geral e do Brasil, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade do Recife, — Antônio Andrade Lima Filho (a partir de 8/12/50);

— de Técnica Sanitária Urbana, Curso de Urbanismo, Escola de Arquitetura, UMG, — Jose de Carvalho Lopes;

— de Zoologia e Parasitologia, Faculdade de Farmácia, Universidade do Paraná, — Milton Erichsen Carneiro;

— de Higiene e Odontologia Legal, Faculdade de Odontologia, Universidade do Paraná, — Milton de Macedo Munhoz;

— de Química Orgânica e Biológica, Faculdade de Farmácia, Universidade do Paraná, — Maria Falce de Macedo;

— de Histologia e Microbiologia, Faculdade de Odontologia, Universidade do Paraná, — Joaquim de Matos Barreto;

— de Odontopediatria, Curso de Odontologia, Faculdade de Farmácia e Odontologia do Estado do Rio, — Pedro Paulo Penido (a partir de 6/5/60);

— de Patologia e Terapêutica Aplicadas, Faculdade Fluminense de Odontologia, — Weston de Sales Cunha;

— de Direito Penal (1ª cad.), Faculdade de Direito de Goiás, — Odin Inuiano do Brasil Americano;

— de Direito Civil (1ª cad.), Faculdade de Direito do Espírito Santo, — Harionus Amancio Pereira;

— de Fisiologia, Curso de Odontologia, Faculdade de Farmácia e Odontologia do Estado do Rio, — Batazar Moacir Batista Pereira (a partir de 6/5/60);

— de Técnica de Construção, Escola de Arquitetura, UMG, — Celso Cardão;

— de Clínica Médica (1ª cad.), Faculdade de Medicina, Universidade do Recife, — Amauri Domingues Coutinho;

— de Clínica Propedêutica Cirúrgica, Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, — Ugo de Castro Pinheiro Guimarães.

Para a Escola de Química da Universidade do Paraná, foram nomeados professor catedrático, a partir de 15/2/60,

— de Análise Orgânica — Olavo Romanus;

— de Química Inorgânica — Os-
waldo Ceccon;

— de Aparelhos e Operações In-
dustriais — Leo da Rocha Lima;

— de Química Analítica Quanti-
tativa — Reinado Spitzner;

— de Geometria Descritiva Pers-
pectiva e Desenho Técnico — Ju-
cundino da Silva Furtado
e, interinamente,

— de Higiene Industrial — Ivan
Austraigesimo Maida.

Legislação

Dec. nº 48 903 — 27/8/60 — Re-
conhece os cursos de Pintura, Es-
cultura e Gravura da Escola de
Belas Artes de Pelotas, RS.

Dec. nº 49 058 — 5/10/60 — Au-
toriza o funcionamento dos cursos
de Filosofia, Pedagogia, Letras
Neolatinas e Letras Anglo-Germâ-
nicas da Faculdade de Filosofia de
Itabuna, Bahia.

Dec. nº 49 061 — 6/10/60 — Re-
conhece os cursos de Geografia,
História, Letras Neolatinas e Le-
tras Anglo-Germânicas da Facul-
dade Estadual de Filosofia Ciências
e Letras de Londrina, Paraná.

Dec. nº 49 065 — 6/10/60 — Re-
conhece o curso de Auxiliar de
Enfermagem da Escola de Auxi-
liares de Enfermagem Madre Boa-
ventura, Florianópolis.

Dec. nº 49 121-A — 17/10/60 —
Aprova o Quadro de Pessoal da
Universidade do Paraná.

Dec. nº 49 237 — 16/11/60 — Re-
conhece o curso de Engenharia
Civil da Escola de Engenharia da
Universidade da Paraíba.

Dec. nº 49 320 — 22/11/60 — Au-
toriza o funcionamento do curso
de Sociologia e Política da Escola
de Sociologia e Política da PUC
do Rio de Janeiro.

Dec. nº 49 529 — 13/12/60 —
Cria a Universidade Rural do Sul,
Pelotas, RS.

Lei nº 3 834-C — 14/12/60 — Cria
a Universidade Federal de Goiás.

Lei nº 3 835 — 13/12/60 — Fe-
deraliza a Universidade da Paraíba.

Lei nº 3 846 — 17/12/60 — Trans-
forma em estabelecimento federal
de ensino superior a Faculdade de
Odontologia de Diamantina, MG.

Lei nº 3 848 — 18/12/60 — Cria
a Universidade do Estado do Rio.

Lei nº 3 849 — 18/12/60 — Fe-
deraliza a Universidade do Rio
Grande do Norte e cria a Univer-
sidade de Santa Catarina

Lei nº 3 854 — 18/12/60 — Fe-
deraliza a Escola de Farmácia e
Odontologia de Alfenas, MG.

Lei nº 3 856 — 18/12/60 — Trans-
forma em estabelecimentos fede-

rais de ensino superior a Facul-
dade de Medicina do Triângulo
Mineiro (Uberaba) e a Faculdade
de Direito de Sergipe.

Lei nº 3 858 — 28/12/60 — Cria
a Universidade de Juiz de Fora, MG.

Permuta

Foram transferidos, por permuta,
os professores Alvaro Serra de
Castro e César Beltrão Pernetta,
da cadeira de Clínica Pediátrica
Médica e Higiene Infantil para a
de Puericultura e Clínica da Pri-
meira Infância, e vice-versa, da
Faculdade Fluminense de Medicina.

Aposentados

Foram aposentados os professô-
res catedráticos

— Alberto de Aguiar Pires Va-
lença, Desenho de Modelo Vivo,
Escola de Belas Artes, Universida-
de da Bahia;

— Paulo de Matos Pedreira de
Cerqueira, Física Geral e Experimen-
tal, Faculdade de Filosofia, e
Física, Escola Politécnica, Univer-
sidade da Bahia.

Reitor

O professor José Rodrigues da
Silveira Neto, catedrático de Hi-
giene e Medicina Preventiva, Fa-
culdade de Medicina e Cirurgia, foi

nomeado Reitor da Universidade do
Pará.

Diretores

Foram designados diretor
— da Escola de Medicina e Ci-
rurgia do Rio de Janeiro — Fiora-
vanti Alonso di Piero, catedrático
de Clínica Médica;

— da Faculdade de Direito de
Pôrto Alegre, URS, — Galeno Ve-
linho de Lacerda, catedrático de
Direito Judiciário Civil;

— da Faculdade de Medicina,
Universidade da Bahia, — Benja-
mim da Rocha Sales, catedrático
de Clínica Cirúrgica Infantil e Or-
topédica;

— da Faculdade de Medicina e
Cirurgia, Universidade do Pará, —
Afonso Rodrigues Filho.

* Tomou posse como diretor da
Faculdade de Medicina do Triân-
gulo Mineiro (Uberaba) o profes-
sor Randolfo Borges Júnior.

* O professor Mário Werneck de
Alencar Lima foi reeleito diretor
da Escola de Engenharia, UMG.

Cátedra em Concurso

Estão abertas as inscrições de
concurso para provimento do cargo
de professor catedrático de Geome-
tria Analítica e Projetiva, Escola
de Engenharia, UMG, até 10/10/61
(edital, Minas Gerais, 13/12/60).

PUBLICAÇÕES

Urbanização Latino-Americana

O Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (Av. Pasteur, 431, Praia Vermelha, Rio) publica, em edição definitiva, **Problemas de Urbanização na América Latina**, fontes bibliográficas, de W. Bazzanella (123 p.), que já circulara, anteriormente, em edição provisória e restrita.

O trabalho, considerado pioneiro, arrola um total de cerca de 600 títulos.

Sambaquis

O Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná, dirigido pelo professor Loureiro Fernandes, acaba de publicar **O sambaqui do Macedo**, de Wesley R. Hurt e Oidemar Biasi (98 p.), parte do estrênuo trabalho de estudo e de investigação que vem realizando em torno da pré-história e da arqueologia brasileira.

Dois outros trabalhos, de pesquisadores ligados ao Departamento de Antropologia e às pesquisas arqueológicas no Paraná, apareceram em outras publicações — «Novas perspectivas sobre a pré-história do sul do Brasil», de Annette Laming, em **Anhembi**, abril de 1960, e «The shell mound of Saquarema, Paraná, Brazil», de José Wilson Rauth e Wesley R. Hurt, no **Museum News**, da Universidade de South Dakota, de outubro de 1960.

Ensino Superior, USA

O Bureau de Educação dos Estados Unidos publicou, em setembro de 1960, a terceira edição do **Reporter** da Clearinghouse of Studies on

Higher Education, com os informes recebidos até 15 de fevereiro.

A ênfase principal do **Reporter** se exerce sobre os estudos que caem na rubrica geral de «pesquisa institucional».

Formação de Pessoal de Nível Superior

Como resumo, coroamento e conclusão geral da série de **Estudos de Desenvolvimento Regional**, que em volumes distintos contemplou os Estados e os Territórios Federais, a CAPES acaba de publicar **A formação de pessoal de nível superior e o Desenvolvimento Econômico**, de autoria de Américo Barbosa de Oliveira e José Zacarias Sá Carvalho.

Este volume de síntese (232 p.) analisa, em plano nacional, problemas de formação e de expansão dos quadros de nível superior em face das exigências do desenvolvimento econômico, constituindo, antes de tudo, como o declaram os seus autores, «um esforço para identificar os campos de atividade prioritários em programa educacional que cumpre a missão específica de incrementar a propagação dos efeitos

do desenvolvimento, ou seja, de acelerar o ritmo do progresso do país». As desigualdades de oportunidades em matéria de educação só podem desaparecer com o desenvolvimento econômico, mas esse desenvolvimento exige a formação de pessoal habilitado para o desempenho das novas tarefas e, inicialmente, tende a agravar as desigualdades, já que o esforço educacional deve aplicar-se em áreas industrializadas e nos setores mais capitalizados da economia. O programa educacional a que se referem os autores «exige um investimento suplementar; mas este seria restituído em prazo curto, mercê do aumento de produtividade gerado. Esses incrementos marginais permitiriam sempre reinvestimentos ampliados no período seguinte. A persistência nessa política educacional asseguraria a elevação constante do nível cultural do povo brasileiro e criaria a possibilidade real de eliminar progressivamente a desigualdade de oportunidades, mediante a extensão do sistema de educação universal».

Os dois primeiros capítulos do livro são dedicados à análise da distribuição do pessoal de nível superior, acompanhando a sua evolução no período intercensitário, com discriminação dos diversos grupos profissionais e sua distribuição segundo os setores de atividade em três áreas em estágios diferentes de desenvolvimento.

Exploram-se os vários caminhos que levam à formação de pessoal qualificado, examinando-se, em capítulos subseqüentes, questões re-

lativas a técnicos para os setores primário, secundário e terciário.

O custo do ensino em todos os níveis, o financiamento da educação e os prazos de amortização do investimento educacional são estudados, tanto como quadro geral da situação vigente quanto como ponto de partida para a avaliação das perspectivas de suprimento de técnicos.

Na última página do trabalho, escrevem os autores:

«Tem sido defendido um acréscimo de dotações para o ensino, a pretexto de que o Brasil gasta uma parcela bastante reduzida da sua renda nacional com a educação. O nível atual, entretanto, não precisa ser alterado em larga medida, já que a principal parcela de recursos a utilizar será a mesma que se vem gastando com o aparato educacional desajustado. Gastamos cerca de 2% da renda nacional com a educação, em contraposição com os países desenvolvidos que consomem 4 a 6%. Na verdade poderemos ser capazes de aumentar a contribuição, mas para evitar maiores desajustes será necessário corrigir a deformação estrutural que torna improficuas ou pouco eficientes as inversões neste setor».

Síntese e fêcho das monografias da série **Estudos de Desenvolvimento Regional**, o presente volume reúne e divulga dados, fatos e considerações que, além de fazer luz sobre o tema específico da formação de pessoal qualificado, muito servirão — espera a CAPES — ao esclarecimento de problemas atuais do Brasil.

A CAPES tem por fim a promoção de medidas destinadas ao aperfeiçoamento do ensino universitário e à melhoria, em qualidade e quantidade, do quadro de profissionais de nível superior do País.